PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018

AUMENTO DO VOLUME DE CRÉDITO FICA ABAIXO DA INFLAÇÃO

DA REDAÇÃO

NO INÍCIO do último mês de junho, foi apresentado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18, o primeiro dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos.

O PAP, que entrou em vigor em 1º de julho e se estenderá até 30 de junho de 2018, prevê a aplicação de R$ 190,25 bilhões em financiamentos para os produtores rurais brasileiros. Neste volume, estão incluídas as verbas tradicionais para custeio, comercialização e investimento, de R$ 188,40 bilhões, mais R$ 1,3 bilhão basicamente para apoio à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e R$ 550 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Os juros foram reduzidos de 1% a 2% nas linhas de custeio, investimento e comercialização. As maiores diminuições ocorreram no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e no Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), considerados prioritários.

As dotações aumentaram no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), no Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), no Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente

EVOLUÇÃO DO PAP
(R$ BILHÕES)

ITEM	2015/16	2016/17	2017/18
1. Custeio e comercialização	**149,50**	**150,00**	**150,25**
Juros controlados	96,50	115,80	116,25
Juros livres	53,00	34,20	34,00
2. Investimentos	**38,20**	**34,05**	**38,15**
Juros controlados	34,00	34,05	38,15
Juros livres	4,20	–	–
TOTAL	**187,70**	**184,05**	**188,40**

Fonte: MAPA

LINHAS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO: VOLUME DE RECURSOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

PROGRAMA	Recursos programados (R$ milhões)	Limite de crédito por beneficiário	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% a.a.)
Moderfrota	9.200	90%	7	–	7,5 e 10,5
Moderagro	640	R$ 880 mil	10	3,0	8,5
Moderinfra	600	R$ 2,2 milhões	10	3,0	7,5
ABC	2.130	R$ 2,2 milhões	12	8,0	7,5
PCA	1.600	Livre	15	3,0	6,5
Inovagro	1.260	R$ 1,1 milhão	10	3,0	6,5
Pronamp	3.710	R$ 430 mil	8	3,0	7,5
Prodecoop	1.000	R$ 150 milhões	10	3,0	8,5
Prodecoop – Aquisição de Ativos	700	R$ 150 milhões	10	3,0	TJLP + 3,7%
Procap-Agro	2.200	R$ 65 milhões	2	0,5	TJLP + 3,7%
SUBTOTAL	**23.040**	**–**	**–**	**–**	**–**
Fundos Constitucionais	5.884	–	12	3,0	Taxas por porte
Bancos cooperativos (Bancoob e Sicredi)	600	R$ 430 mil	12	3,0	8,5
ProRenova-Rural	1.500	–	6	1,5	TJLP + 3,7%
BNDES – Agro	2.000	–	–	–	TJLP + 3,7%
Outros a juros livres	5.125	–	–	–	–
TOTAL	**38.149**	**–**	**–**	**–**	**–**

Fonte: MAPA

Protegido (Moderinfra) e no Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

Na tentativa de acompanhar o crescimento da produção agrícola, o governo federal disponibilizou mais recursos para o PCA. Nessa temporada, os cerealistas também serão beneficiados por este programa.

Apesar da sua baixa efetividade nos últimos anos, está previsto para a PGPM cerca de R$ 1,3 bilhão, bem mais do que a média executada nos últimos anos, de R$ 600 milhões.

A verba do PSR para o produtor proteger a sua produção agrícola com custo reduzido mediante auxílio financeiro do governo federal atende apenas 45% da demanda de R$ 1,2 bilhão. O PSR deve dar cobertura para algo em torno de 12% da área agrícola brasileira. Se somado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), cobre menos de 20% da área cultivada.

FONTES ALTERNATIVAS DE RECURSOS

O crescimento da área e da produção agropecuárias brasileiras demanda cada vez mais recursos para trabalhar com tecnologias de maior produtividade. Como a oferta de recursos pelo modelo tradicional do crédito rural não consegue acompanhar essa dinâmica, a saída é buscar outras fontes de financiamento, como as operações *barter*, as *traders*, as cooperativas, os distribuidores, as revendas e as indústrias.

Nesse sentido, o direcionamento ampliado de recursos a juros controlados, oriundos da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), ao abranger também o custeio, a comercialização

e o investimento, espera atingir o montante de R$ 27,3 bilhões.

Da mesma forma, cabe seguir nos esforços para viabilizar a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), com correção em moeda estrangeira, mediante aprovação desta condição para a Cédula de Produto Rural (CPR).

Na verdade, com a redução da taxa de inflação e da Selic, ganha espaço o cenário para a viabilidade dos títulos do agronegócio, em termos de competitividade de custos. Certamente, ao se manter esse contexto macroeconômico, o modelo da política de crédito rural corre nessa direção.

Já entre as entidades representativas da produção, existe o pleito para simplificar o acesso ao crédito e criar uma linha de investimento com condições diferenciadas no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Isso permitiria centralizar os itens financiáveis de regularização ambiental e conservação de solos e água, sem a concorrência dos outros programas existentes. ■

ANÁLISE DO PAP 2017/2018

Em linhas gerais, o Plano anunciado estabeleceu que:

- O volume de recursos oficiais para os produtores, em termos reais (isto é, descontada a inflação), será ligeiramente menor do que aquele ofertado no início da safra atual. Os R$ 190,25 bilhões anunciados são 2,84% maiores do que os R$ 185,00 bilhões do Plano Safra ainda em vigor, enquanto a inflação acumulada no período (IPCA) foi de 3,52%. Ou seja, em termos reais, o setor terá um volume menor de recursos à sua disposição na próxima safra.
- Tanto em termos nominais, quanto em termos reais, a taxa de juros do crédito agrícola ficou menor. Enquanto a taxa média do atual Plano Safra é de 9,5%; no Plano anunciado para a próxima safra, houve queda entre 1% e 2%. Como as projeções da pesquisa Focus do Banco Central sugerem que a inflação acumulada ao longo da safra 2016/17 (3,52%) será menor do que aquela acumulada ao longo da safra 2017/18 (4,47%), a taxa de juros real também irá diminuir.

TAXAS DE JUROS OFICIAIS REAIS DOS DOIS ÚLTIMOS PLANOS SAFRA

PLANO SAFRA	Taxa de juros oficial (% a.a.)	Inflação acumulada ao longo da safra (IPCA)	Taxa de juros oficial real (% a.a.)
2016/2017	9,50%	3,52%	5,78%
2017/2018	8,50%	4,47%	3,86%

Fonte: MAPA; IBGE

Em outras palavras, o crédito ficou mais barato, porém levemente mais escasso. Esse desenho é coerente com a realidade imposta pela PEC do Teto dos Gastos. De acordo com esta regra, o conjunto dos gastos primários do Governo não pode crescer em termos reais. Para aumentar a alocação de recursos em uma despesa específica, é necessário que outra(s) diminua(m) no mesmo montante. Importante: mesmo que a economia volte a crescer, não deverá haver mudanças nessa dinâmica, pois a PEC do Teto dos Gastos não está condicionada à receita do governo central, mas sim aos seus gastos primários em termos reais.

Diante dessa situação, a espaço no orçamento do Tesouro para gastos com a equalização desses créditos é (e será) menor. Uma solução imperfeita é incentivar os instrumentos de crédito privado (por exemplo, letras de crédito) e a vinculação da taxa de juros oficial a uma fração da taxa Selic.